



INFORMAÇÃO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO NOS  
RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS  
PORTUGUESAS E ESPANHOLAS

**Alberto Leandro Gomes Alves**

Tese de Mestrado em Contabilidade

Orientada por:

Manuel Emílio Castelo Branco

**2010**

## **Nota Biográfica do autor**

Alberto Leandro Gomes Alves nasceu a 4 de Outubro de 1976 na cidade de Caracas, Venezuela. Desde 1990 passou a residir na freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, onde iniciou o seu percurso escolar.

No ano de 2005, além de exercer a profissão de administrativo, na empresa Prominentia Ibérica, Lda., importadora e exportadora de produtos de decoração, ingressou em regime nocturno, no curso de Licenciatura em Gestão e Contabilidade do Instituto Superior de Paços de Brandão, o qual concluiu em Junho de 2008 com média final de 13 valores.

Após a conclusão da sua licenciatura, ingressou na empresa de transportes de mercadorias Transportes Rositas, Lda., para exercer a função de administrativo. No ano lectivo de 2008/2009, matriculou-se no curso de Mestrado em Contabilidade da Faculdade de Economia do Porto, cuja parte escolar terminou em 2010, com média de 13 valores.

No ano de 2009, foi admitido pela escola secundária de Vagos, para exercer a função professor das disciplinas técnicas do curso profissional de Técnico de Organização de Eventos e também coordenador do grupo disciplinar 430 – Contabilidade e Economia.

## **Agradecimentos**

São várias as pessoas que apoiaram e colaboraram na realização desta dissertação, e às quais não podia deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, expresso os meus agradecimentos ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Castelo Branco, pela dedicação e disponibilidade que sempre mostrou, bem como pelas valiosas críticas e sugestões.

Gostava de expressar igualmente o meu agradecimento aos meus colegas de turma do mestrado, em especial; Adriana, Stephanie, Dina Maria, Maria João e Ivone, pois sempre estiveram presentes tanto no decorrer das aulas como no momento de elaboração desta dissertação.

Finalmente, gostava de agradecer a todos os amigos, familiares e em especial à minha mãe, que sempre me incentivou à realização deste mestrado e à esposa Maria João, pela compreensão, paciência e apoio que sempre me transmitiu ao longo da realização desta dissertação.

É a todos eles que dedico este trabalho.

## Resumo

O cenário mundial contemporâneo tem sido caracterizado por mudanças significativas nas áreas sociais, política e económica, com reflexos directos no ambiente empresarial, através da imposição de novos padrões de competitividade e uma necessidade de alterações nos processos de trabalho e nas práticas de gestão. Neste contexto, a informação contabilística tradicional não responde totalmente às exigências dos novos utentes com diversos interesses daqueles contemplados nos relatórios contabilísticos clássicos. A informação sobre valor acrescentado é parte integrante deste novo grupo de informações desenvolvidas pela contabilidade para assistir melhor essas necessidades emergentes, visando, principalmente, evidenciar o papel social das empresas, apresentando claramente a riqueza gerada, para que toda a sociedade conheça a sua função positiva na criação de valor para a comunidade.

Esta tese pretende avaliar o grau de utilização da demonstração do valor acrescentado na apresentação de informação económica nos relatórios de sustentabilidade das empresas do PSI20 e do IBEX35.

**Palavras-chave:** Espanha; informação sobre valor acrescentado; Portugal; relatórios de sustentabilidade.

## **Abstract**

The contemporary world has been characterized by significant changes in social, political and economic aspects, with direct repercussions on the business environment, by imposing new standards of competitiveness and a need for changes in work processes and management practices. In this context, the traditional accounting information does not respond fully to the demands of new users with different interests from those contemplated in traditional accounting reports. The statement of value added is an integral part of this new group of reports developed to better assist these emerging needs, aiming mainly to highlight the social role of companies, and clearly showing the company's positive function on creating value for the community.

This thesis aims to assess the degree of utilization of the statement of value added in the presentation of economic information in sustainability reports for companies in the PSI20 and IBEX35.

**Key words:** Spain; information on value added; Portugal; sustainability reports.

## **SUMÁRIO**

<b>1 - Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1 - <i>Enquadramento geral .....</i>	<i>1</i>
1.2 - <i>Objectivos e motivações.....</i>	<i>1</i>
1.3 - <i>Estrutura da tese.....</i>	<i>2</i>
<b>2 - O valor acrescentado e a forma como é determinado .....</b>	<b>3</b>
2.1 - <i>Processo de criação do valor acrescentado na empresa .....</i>	<i>3</i>
2.2 - <i>Métodos de cálculo do valor acrescentado .....</i>	<i>4</i>
2.2.1 - <i>Método de subtracção.....</i>	<i>4</i>
2.2.2 - <i>Método de adição.....</i>	<i>5</i>
2.3 - <i>O valor acrescentado bruto e líquido.....</i>	<i>7</i>
2.4 - <i>A utilidade da informação sobre o valor acrescentado.....</i>	<i>8</i>
<b>3 - A informação sobre valor acrescentado e os objectivos da contabilidade financeira .....</b>	<b>11</b>
<b>4 - A informação sobre valor acrescentado no relatório de sustentabilidade .....</b>	<b>14</b>
<b>5 - Estudo Empírico .....</b>	<b>16</b>
5.1 - <i>Amostra e metodologia .....</i>	<i>16</i>
5.2 - <i>Análise do psi20.....</i>	<i>17</i>
5.3 - <i>Análise do ibex35.....</i>	<i>21</i>
5.4 - <i>Comparação entre o PSI20 E IBEX35 .....</i>	<i>25</i>
<b>6 - Conclusão .....</b>	<b>31</b>
<b>7- Referências Bibliograficas .....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>37</b>
<i>Anexo de tabelas .....</i>	<i>38</i>
<i>Anexo de ilustrações .....</i>	<i>44</i>

## ***LISTA DE ILUSTRAÇÃO***

Ilustração 1 - Exemplo da demonstração do valor acrescentado não objectiva - Tipo 1	44
Ilustração 2 - Exemplo da demonstração do valor acrescentado objectiva - Tipo 2.....	45
Ilustração 3 - Exemplo da demonstração do valor acrescentado ideal - Tipo 3 .....	46

## ***LISTA DAS TABELAS***

Tabela 1- Definições possíveis do resultado.....	11
Tabela 2 - Classificação quanto ao modelo de DVA que as empresas apresentam nos seus relatórios de sustentabilidade.....	17
Tabela 3 - Análise das empresas do PSI20 que apresentam o relatório de sustentabilidade.....	17
Tabela 4 - Comparação entre os sectores das empresas do PSI20 que apresentam o relatório de sustentabilidade .....	18
Tabela 5 - Resultados da classificação quanto aos modelos de DVA das empresas do PSI20, por sector e por número de empresas.....	20
Tabela 6 - Análise das empresas do IBEX35 que apresentam o relatório de sustentabilidade.....	21
Tabela 7 - Comparação entre sectores das empresas do IBEX35 que apresentam o relatório de sustentabilidade .....	22
Tabela 8 - Classificação do modelo de DVA das empresas do IBEX35, por sector e por número de empresas.....	23
Tabela 9 - Comparação dos relatórios de sustentabilidade e classificação quanto ao modelo da DVA .....	25
Tabela 10 - Comparação entre os modelos da DVA por volume de negócios e total do activo.....	26
Tabela 11 - Comparação entre o modelo de DVA do tipo 1 por sectores .....	28
Tabela 12 - Comparação entre o modelo de DVA do tipo 2 por sectores .....	29
Tabela 13 - Comparação entre o modelo de DVA do tipo 3 por sectores .....	30
Tabela 14 - PSI20 .....	38
Tabela 15 - IBEX35 .....	40

Tabela 16 - Sectores e Subsectores..... 43

# **1 – INTRODUÇÃO**

## **1.1 – Enquadramento Geral**

A globalização económica tem forçado as empresas a realizarem as suas actividades num ambiente altamente competitivo e complexo, o que faz da informação, uma das variáveis mais importantes para o processo de decisão, tanto dos utentes internos como os externos. Apesar que, devido ao facto de cada um desses utentes possuírem distintos interesses em relação à informação económico-financeira gerada, o ideal seria que esta fosse elaborada segundo cada conveniência e interesse específico, o que é praticamente impossível de ser conseguido.

Contudo, Larrinaga (2001) destaca o facto de se fazer com frequência, muitas críticas, sobre o modelo contabilístico fornecer as informações da empresa a partir de um único ponto de vista: o accionista, devido à sua inclinação tradicional para satisfazer a procura de informações de carácter patrimonial, a contabilidade não atende totalmente aos interesses desses novos utentes que necessitam de dados que ponham em evidência outros tipos de informação diferentes daqueles contidos nas demonstrações contabilísticas clássicas.

É neste contexto que se manifesta a necessidade de se ter uma demonstração económico-financeira que propicie informações que sejam compreensíveis e transparentes a qualquer tipo de utente, independentemente do grau dos seus conhecimentos em matéria contabilística. Assim, surge a Demonstração do Valor Acrescentado, daqui por diante denominada por DVA, que assume o papel de demonstração contabilística complementar, visando a informação sobre a participação de todos os factores económicos que intervieram na criação de valor para a entidade e a consequente distribuição desse valor entre esses mesmos agentes económicos.

## **1.2 - Objectivos e Motivações**

A presente investigação pretende contribuir para a compreensão dos conceitos associados a esta demonstração contabilística e avaliar o grau de utilização da informação sobre o valor acrescentado (VA) na apresentação de informação económica nos relatórios de sustentabilidade das empresas do PSI20 e do IBEX35.

Mais especificamente, procurar-se-á responder às seguintes questões de investigação:

Q1: Em que medida as empresas do PSI20 e do IBEX35 apresentam informação sobre o VA nos seus relatórios de sustentabilidade?

Q2. Existem diferenças na forma como as empresas do PSI20 e as empresas do IBEX35 apresentam informação sobre o VA nos seus relatórios de sustentabilidade?

### **1.3 - Estrutura da Tese**

Para além do presente capítulo, esta dissertação contempla mais seis capítulos. O capítulo seguinte trata da explicação do valor acrescentado e a forma como este é determinado. Nesse capítulo, explicam-se os procedimentos do cálculo para determinar o valor acrescentado pelos métodos de adição e subtração e as características e diferenças entre esses dois métodos, analisando-se também a importância de se compreender o valor acrescentado bruto e o valor acrescentado líquido. É ainda apresentada uma breve evolução histórica na importância que foi dada ao longo tempo à informação sobre o VA e em que medida ela é importante para os diversos utentes.

O terceiro capítulo trata de destacar a importância que a informação sobre o VA tem para a contabilidade financeira. No quarto capítulo, é explicado o que é e para serve o relatório de sustentabilidade e a importância de se incluir a informação sobre o VA nesse relatório de forma a fornecer informações úteis para os diversos utentes interessados em obter dados relevantes sobre uma empresa, o grau de responsabilidade e de compromisso que essas empresas assumem perante os seus *stakeholders*.

No quinto capítulo, apresenta-se o estudo empírico que procura, em primeiro lugar, analisar a forma como as empresas do PSI20, em Portugal, e do IBEX35, em Espanha, divulgam a informação sobre o VA nesses relatórios, e, em segundo lugar, estabelecer comparações mediante o tipo de qualidade da informação sobre o VA divulgado, entre as empresas portuguesas e espanholas.

O sexto capítulo corresponde à conclusão e a algumas considerações críticas não só sobre o estudo empírico, como também sobre o tema relacionado com esta dissertação.

## **2 – O VALOR ACRESCENTADO E A FORMA COMO É DETERMINADO**

### **2.1 - Processo de criação do valor acrescentado na empresa**

A empresa é uma unidade económica independente que se caracteriza por desempenhar duas funções básicas na sociedade, que são as de criar valor económico e de imediato distribuí-lo entre os factores que contribuíram para a sua criação.

Este valor surge da existência de um mercado onde a empresa adquire factores externos e que incentiva as operações de transformação e distribuição, voltando a colocar novamente no exterior, obtendo da sua actividade um excedente cujo valor foi determinado no mercado. Numa segunda fase, a empresa deverá proceder à distribuição de receitas entre a coligação de interesses que contribuíram para a sua criação, a qual tem de levar-se a cabo de tal forma que, concluída a repartição, cada factor continue com a sua indispensável participação no processo seguinte.

As actividades realizadas pelas empresas têm como objectivo comum o desenvolvimento de um trabalho produtivo no âmbito de um determinado sistema económico, de maneira a que, consumindo ou utilizando os diferentes factores produtivos, obtenham grandes quantidades de bens e serviços destinados à sua aquisição pelo exterior.

Com efeito, através do processo produtivo vai-se incorporando diferentes tipos de custos nos inputs que constituem os investimentos produtivos e são recuperados através da aplicação dos produtos.

Nessa perspectiva, considera-se que o património pode ser considerado num sentido económico mais puro, sendo concebido como um conjunto de factores de produção constantemente à procura de mobilidade para alcançar a realização do VA (Gallizo Larraz, 1990). A elaboração da informação contabilística deverá estar dirigida para medir e analisar como se consegue alcançar esse objectivo (ibid.).

Nesse sentido, a finalidade da contabilidade é entendida como a análise e medição do processo económico de produção, a fim de determinar o correspondente VA final (Gallizo Larraz, 1990).

Para poder exercer a sua actividade, a empresa deve situar-se entre dois mercados, um da compra e outro da venda. No mercado de compra adquire os factores externos necessários para a produção e, utilizando a mão-de-obra, capitais próprios ou alheios, obtém os bens e serviços que colocará no mercado de venda.

A empresa, intercalada entre estes dois mercados, acrescenta valor às aquisições no conceito das operações de transformação, de distribuição ou prestação de serviços que realiza, devendo ter em atenção que a compra dos activos não se consomem no exercício não devem por isso, incluir-se integralmente como aquisições do produto, mas apenas deverão contemplar-se os consumos desses activos como diminuições do valor bruto.

A criação continuada dos valores acrescentados possibilita uma ampliação do conjunto de bens e direitos utilizáveis no processo económico, que permite remunerar os funcionários e o capital. Mas é necessário considerar que o VA obtido, ao finalizar um período contabilístico há-de ser suficiente de maneira prioritária para suportar os custos de pessoal e os capitais alheios, caso contrário, o ciclo produtivo não se poderia repetir. E já num nível de exigência secundário, será necessário prestar atenção ao estabelecimento de uma retribuição adequada do capital próprio.

Relativamente à determinação do valor acrescentado, são identificados dois procedimentos de cálculos complementares do VA, que são descritos como os métodos subtractivo e de adição. No primeiro caso é possível obter o volume de negócios ou da produção bruta, e o segundo considera o volume dos resultados como a base do cálculo.

## **2.2 – Métodos de cálculo do valor acrescentado**

### **2.2.1 – Método de subtracção**

Segundo Gallizo Larraz (1990), de acordo com este método, o VA de uma empresa durante um determinado período obtém-se da diferença entre as receitas obtidas pela venda dos produtos e os custos externos que são incorridos para a produção dos outputs. É ainda necessário fazer os ajustes correspondentes nas existências.

Será lógico pensar que se for vendida toda a produção da empresa num determinado período e forem consumidos todos os bens e serviços comprados no exterior, então o cálculo do VA não apresenta qualquer tipo de dificuldades.

No entanto, o normal é que exista um desfasamento temporal entre o momento em que a produção é obtida e a sua venda. Por esse motivo é possível contemplar na variação das existências as seguintes situações:

- a) No caso em que se verificar um saldo de existências iniciais superior as existências finais, supõe-se que foi utilizado uma parte extra do stock no período contabilístico, que terá contribuído para a criação da receita; em consequência disso, a essa diferença de saldos seria necessário somar ao volume de compras.
- b) Por outro lado se o saldo de existências finais fosse maior que as existências iniciais, seria possível verificar uma situação inversa e seria necessário interpreta-lo como a parte dos stocks adquiridos no período contabilístico em que não foi possível converter em vendas, e por tanto não foi gerada uma receita; nesse sentido, a essa diferença de saldos das existências seria necessário subtrair ao volume de compras.

É evidente que para um cálculo adequado do VA será necessário analisar em cada exercício o valor dos bens económicos efectivamente aplicados na produção vendida e incorporar estes como uma componente negativa.

Outro problema a resolver será o de fixar a base de cálculo. Para o presente método, pode-se começar pelas receitas das vendas; para que o VA não inclua as contribuições efectuadas por outras empresas ao valor da produção.

### **2.2.2 – Método de adição**

Gallizo Larraz (1990) considera que o cálculo do VA, segundo este procedimento, consiste em somar as retribuições devido aos factores de produção, isto é, pago através de:

- Gastos de pessoal;
- Retribuição do capital;
- Depreciações dos activos fixos e fluxos de caixa.

Alguns autores afirmam que o método de adição possui vantagens sobre o método de subtração, por ser mais preciso, pelo simples facto de ter uma identificação mais próxima com as definições contabilísticas convencionais, além de ser possível aplicar de modo simples num vasto campo de actividades, e isso porque evita o problema que surge na determinação do valor dos produtos intermédios, dos quais devem ser excluídos do VA (Gallizo Larraz, 1990).

Contudo, desde a perspectiva da “óptica da produção”, se a empresa tem no início ou no final do período em armazém produtos em via de fabrico ou produtos acabados, será necessário considerar, para efeitos de valorização, o factor trabalho, já que está incorporado no armazém e por isso, neste método, também existe o problema da produção intermédia.

Aceitando este último facto, a empresa deverá especificar no cálculo do valor das existências finais se deve ou não considerar no VA o custo que tem sido incorporado no produto ao longo do exercício, independentemente se está concluído ou em vias de fabrico.

Uma das soluções consiste em avaliar as existências, pelo cálculo do custo de aquisição mais os custos internos imputados ao produto, como os custos de aprovisionamento ou os custos da mão-de-obra, que se acrescem ao produto semi-acabado; no qual, não é mais que avaliar do mesmo modo quando a empresa adquire bens e serviços. Neste caso pode surgir o problema de determinar se um item é um produto intermédio, ou se deve considerar-se como integrante do VA, em que será necessário pesquisar se esse item já está constituído como parte de outro VA já calculado anteriormente. Se assim for, não deverá ser imputado nesse período (desde que não haja duvidas que um determinado item, surge duas vezes no VA nos diversos períodos), doutro modo, será incluído neste exercício.

Uma segunda situação, supõem aceitar um desequilíbrio entre o valor gerado e o valor distribuído, já que o valor das existências tem sido incrementado pela incorporação da mão-de-obra ou de outros custos e este incremento normalmente encontra reflexo na retribuição da mão-de-obra. Esta situação, tem como objectivo simplificar os cálculos, sobre tudo, quando estes são efectuados sobre os dados fornecidos pela contabilidade financeira.

### 2.3 - O Valor Acrescentado Bruto e Líquido

Antes da abordagem a este tema, é importante analisar se é possível ou não, incluir alguns itens nos cálculos do VA, sendo as depreciações e amortizações, uma das mais relevantes pelas consequências económicas que produzem sobre o resultado final.

A problemática desta inclusão leva a duas noções diferentes do VA: o valor acrescentado bruto (VAB), antes de deduzir as depreciações e amortizações; o valor acrescentado líquido (VAL), uma vez deduzidas estas.

Morley (1979), numa tentativa de apresentar os prós e contras de ambos os conceitos, afirmou que existem importantes motivos para dar preferência ao VAL, e um dos motivos é o termo da “riqueza criada”, que é usado como um sinónimo do VA. A riqueza de uma empresa, criada num período, poderá ser exagerada se não for tido em conta no seu cálculo a perda de valor dos activos utilizados nesse período. Como consequência, uma empresa pode distribuir 100% do VAL, como; salários, dividendos, juros e impostos, sem alterar a manutenção substancial do capital; mas não se poderia distribuir os 100% do VAB sem ser prolongada a capacidade produtiva da empresa.

Mas será necessário destacar que o VA é calculado a maior parte das vezes com o objectivo de ser apresentado numa demonstração contabilística independente, que persegue fins distintos aos pretendidos noutras demonstrações. Além disso, a consideração aqui é tida sobre as depreciações e amortizações como um custo externo, supõem que irá influenciar a medida final do VA.

Como afirmam Gray e Maunders (1980), o melhor argumento para se optar pelo VAB são os que recaem sobre as deficiências de modo a incluir a depreciação como um custo externo, mais do que sobre as próprias vantagens que esta traz consigo. De facto acredita-se que o cálculo da depreciação e amortização implica a distribuição dos activos, segundo as receitas esperadas em função da sua vida útil. Não restam dúvidas que para este cálculo, além das dificuldades de avaliação dessas receitas futuras, existem o problema conceitual da atribuição do rendimento de um determinado activo, quando na realidade o que se ganha no final do período é o resultado da aplicação conjunta de um número de factores de produção. Portanto, é considerado para estes fins, a depreciação como um custo externo, podem ser manipulados com o objectivo de preservar os interesses dos fornecedores de capital, sobre a parte destinada a retribuição

do trabalho, especialmente se esta medida se baseia no cálculo das negociações colectivas.

#### **2.4 - A utilidade da informação sobre o valor acrescentado**

As primeiras aplicações da informação do VA tiveram a sua origem nos Estados Unidos da América (EUA), na década de vinte, quando este foi utilizado como base para o cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais (Almeida et al., 2009).

No caso europeu, em 1975 o Accounting Standards Steering Committee (ASSC) publicou o documento Corporate Report, que recomendava às empresas britânicas a publicação de uma DVA. Não se pretendia que esta demonstração substituísse a já existente Demonstração dos Resultados (DR), mas antes que a complementasse (Cosenza, 2002).

No entanto, a DVA não foi bem sucedida. A publicação da DVA desapareceu praticamente em todo o mundo (Cahan e Van Staden, 2009), com excepção da África do Sul, onde a DVA continua a ser publicada nos relatórios das empresas, e o Brasil, onde todas as empresas com acções e títulos negociados em bolsa de valores passaram e ter que elaborar e divulgar a DVA a partir de 2009 (Machado, 2009).

Alguns acontecimentos relativamente recentes vieram dar alguma proeminência ao valor acrescentado a nível internacional. Por um lado, a publicação anual, desde 2002, do Value Added Scoreboard veio trazer um maior reconhecimento do conceito de valor acrescentado (Stainbank, 2009). Por outro lado, a inclusão de informação sobre VA nos indicadores propostos pelas directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI pode oferecer um estímulo adicional para o relato do valor acrescentado (ibid.).

Não obstante, os estudos efectuados sobre o relato de sustentabilidade têm dado pouca atenção a este aspecto. Kolk (2004) é talvez o único estudo sobre relato de sustentabilidade a fazer referência à utilização dos relatórios de sustentabilidade para divulgar informação sobre o valor acrescentado e a sua distribuição pelos *stakeholders* por parte das empresas, dando como exemplos os relatórios da BASF e da Unilever.

O VA refere-se ao aumento da riqueza decorrente da utilização dos recursos da empresa, antes da sua distribuição aos diversos *stakeholders*, nomeadamente, os accionistas, os obrigacionistas, os funcionários e o governo.

Riahi-Belkaoui (1999) afirma que o Corporate Report identifica os seguintes grupos de utentes:

- a) O grupo de investidores de capital, incluindo os accionistas existentes ou potenciais e os titulares de valores mobiliários convertíveis, opções ou warrants.
- b) O grupo de credores, incluindo os detentores de empréstimos, fornecedores de curto prazo, e das finanças.
- c) O grupo de funcionários, incluindo os existentes, os potenciais e os antigos empregados.
- d) O grupo de analistas, incluindo analistas financeiros, jornalistas, economistas, sindicatos, accionistas e outros fornecedores de serviços de consultadoria.
- e) O governo, incluindo as autoridades fiscais, departamentos e agências envolvidas com as autoridades de fiscalização do comércio e da indústria.
- f) O público, incluindo os contribuintes, consumidores, comunidade e outros grupos de interesses especiais, tais como partidos políticos, consumidores e organizações protectoras do ambiente.

Gray e Maunders (1980) referem que a informação do VA pode ser útil a estes utentes:

1. Para a previsão da "eficiência da gestão";
2. Para a avaliação do "património" entre os accionistas nas empresas;
3. Como um indicador de "capacidade de pagamento em relação à negociação da produtividade";

#### 4. Como base para avaliar o “desempenho social ”de uma empresa.

Se o objectivo da empresa for o de continuar a ser o de maximizar o retorno aos accionistas, então o seu principal destaque continuará a ser dado ao lucro da empresa. Mas se for mudado o objectivo da empresa, para o bem-estar da equipa de produção, então, o destaque será mudado para o VA ou o retorno total da empresa. A norma de uma atmosfera progressista em torno do ambiente de negócios coloca o destaque sobre todos os parceiros e não apenas para os accionistas. O VA, como medida de retorno total, é, portanto, mais útil como uma medida do retorno devido a todos os parceiros: os accionistas, trabalhadores e governo, etc.

A nova responsabilidade pode fazer a distribuição mais justa do VA tendo em conta a contribuição de cada indivíduo como uma base para a distribuição. A lógica final decorre de mudanças sociais que exigem ajustes nos relatórios dos mercados financeiros. Com o governo como representante da sociedade e do trabalho, tendo um papel mais poderoso nas suas exigências, a importância dos accionistas tem sido um pouco reduzida, levando a uma redução na importância do lucro, a mudança social determina uma produção e divulgação do VA para satisfazer as necessidades do governo e dos funcionários.

### 3 - A INFORMAÇÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO E OS OBJECTIVOS DA CONTABILIDADE FINANCEIRA

Existem diferentes abordagens contabilísticas associadas ao conceito de rentabilidade aplicado as empresas, em que cada uma das quais tem a sua interpretação numa conta de resultados. Pode-se afirmar que o principal interesse da contabilidade financeira recai sobre o accionista e consequentemente no principal conceito associado à rentabilidade tem sido o lucro líquido que as empresas determinam nas contas de ganhos e perdas, mas esta não é a única abordagem.

Assim, atendendo a definição dos resultados e aos seus beneficiários, Hendriksen (1982) classifica as possíveis medidas do resultado do VA como o benefício da empresa, dos investidores e accionistas, conforme demonstrado na tabela seguinte.

**Tabela 1- Definições possíveis do resultado**

<b>Conceito de resultado</b>	<b>Definição</b>	<b>Destinatários dos resultados</b>
VA	Valor dos produtos e serviços vendidos pela empresa menos o custo dos produtos e serviços adquiridos através da transferência	Trabalhadores, administração, credores e governo
Resultado bruto	Os ganhos depois de apurar as despesas, excepto os juros e imposto sobre os lucros	Administração, credores e governo
Resultado líquido	Os ganhos depois de apurar todas as despesas (incluindo todas as despesas)	Administração, credores, e governo

Fonte: *Adaptação de Hendriksen (1982)*

O VA da empresa é a diferença entre o seu produto e o preço dos bens e serviços adquiridos mediante transferência do exterior. E adquire maior importância se, além, de se considerar a empresa como uma coligação de interesses entre os diferentes intervenientes. Deste ponto de vista, tanto os funcionários, administração, credores e o governo, são os beneficiários dos rendimentos gerados pela empresa.

Se,

S = Retribuição ao pessoal (incluindo as contribuições sociais);

T= Impostos directos;

I= Juros

D= Montante recebido pelos accionistas em forma de dividendo;

F= Lucros retidos pela empresa

Então:

$$VA = S + T + I + D + F$$

Por outro lado, o resultado bruto é o excesso do produto sobre os gastos, excluindo os juros e imposto sobre lucro, razão pela qual os principais beneficiários são os accionistas, restantes fornecedores do capital e o governo. Finalmente o resultado liquido é montante resultante da subtracção de todas as despesas, incluindo os financeiros e impostos sobre o lucro, aos produtos produzidos e/ ou serviços vendidos pela empresa.

Contudo, para se estudar a relevância da informação sobre o VA, necessariamente deve-se fazer referência a sua utilidade informativa para os diferentes utentes (Meek e Gray, 1988; Morley, 1979). Em primeiro lugar, a informação sobre o VA indica que a participação das rentabilidades salariais dentro da rentabilidade geral da empresa, tanto em termos relativos como em termos da sua evolução, é um aspecto fundamental para as decisões dos trabalhadores e da empresa que adoptam os processos de negociação colectiva. Além disso, a simplicidade que pode atingir a apresentação do VA, junto com a popularidade do conceito, faz com que seja mais fácil de compreender a informação para o maior número de pessoas, sem que tenham necessariamente uma formação contabilística.

Em segundo lugar, também demonstra a rentabilidade gerada pela empresa que se destina ao auto financiamento da manutenção e do enriquecimento, como uma questão

que é importante tanto para os accionistas como para os funcionários (pelas implicações sobre a continuidade na empresa).

Em terceiro lugar, o VA tem sido por vezes utilizado para estabelecer sistemas de incentivos que permitam ligar às atitudes dos funcionários à criação do valor, em que se for o caso, seria necessário que esta informação estivesse disponível não apenas para a administração como também para os funcionários

Em quarto lugar, a informação sobre o VA destaca a coesão e a identificação com a empresa, já que o seu formato proporciona uma imagem cooperativa dos diferentes participantes (accionistas, funcionários, administração pública ou a comunidade local) destacando a sua interdependência e se obtenha a realização do rendimento empresarial através do esforço colectivo. Além disso, também tem sido sugerido que dependendo do uso que se faça desta conta, pode provocar um efeito contrário: destacando as relações antagónicas que se dão num colectivo donde apenas podem conseguir rentabilidades adicionais em detrimento dos rendimentos de outros participantes.

Em quinto lugar, o VA é o que consegue descrever melhor a dimensão dos negócios das empresas (que pode ser tendenciosa se a empresa tiver custos externos demasiado elevados que se possa repercutir directamente sobre os seus preços de venda, como acontece, por exemplo no sector comercial) ou a magnitude dos activos, que pode ser muito alta nos sectores de capital intensivos (companhias aéreas, ou indústrias demasiado extensivas) ou muito baixa no sector de serviços, além disso é útil para avaliar o grau de integração vertical da empresa ou do seu grupo.

## **4 - A INFORMAÇÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO NO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE**

O relatório de sustentabilidade é entendido como um instrumento que procura dar maior transparência às actividades empresariais e provocar o diálogo da empresa com a sociedade, tendo em vista a necessidade que as empresas e organizações têm de comunicar o sucesso e os desafios das suas estratégias socioeconómicas e a coerência ética das suas operações.

É um documento produzido voluntariamente pela empresa após um esforço da auditoria interna para observar o seu grau de responsabilidade social. Essa auditoria procura entender a gestão do empreendimento e avaliá-la, segundo critérios ambientais, sociais e económicos, nos diversos níveis: políticas de boa gestão corporativa, valores, visão de futuro, avaliação de desempenho e desafios propostos.

O relatório de sustentabilidade traz dados quantitativos e qualitativos que, além de demonstrar o desenrolar das actividades das empresas no período anterior, podem orientar o planeamento para o período seguinte. É um documento em que a empresa mostra como se relaciona com seus profissionais (colaboradores) e com a comunidade em que actua, o que faz em relação aos impactos causados pelas suas actividades nessa mesma comunidade e no meio ambiente, quais são as suas directrizes para relacionamento com os seus fornecedores, etc.

O conjunto de directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade melhor conhecido e mais utilizado a nível mundial é o proposto pela Global Reporting Initiative (GRI, 2006). A GRI é uma iniciativa lançada em 1997 pelo *United Nations Environment Programme* (UNEP), em colaboração com a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), com a missão de desenvolver e disseminar directrizes globalmente aplicáveis para as organizações utilizarem no relato de sustentabilidade. Nas directrizes da GRI é proposto um conjunto de indicadores que as empresas podem utilizar no sentido de fornecer informação sobre os desempenhos; económico, social e ambiental.

Os indicadores sobre desempenho económico do GRI destinam-se a medir os resultados económicos das actividades de uma empresa e também os efeitos desses resultados nos diversos *stakeholders* da empresa. Dos indicadores sugeridos pelo GRI, o

indicador EC1 é aquele que relaciona directamente o VA e o GRI, visto que o cumprimento deste indicador permite verificar como é criado o VA, como é distribuído e que parcela fica retida na empresa.

Stainbank (2009) considera que a inclusão de informação sobre VA nos indicadores propostos pelas directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI pode oferecer um estímulo adicional para o relato do valor acrescentado.

## 5 - ESTUDO EMPÍRICO

### 5.1 - Amostra e Metodologia

Nesta dissertação, foi feita uma análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas incluídas no PSI20 e das empresas espanholas incluídas no IBEX35. No entanto, foram excluídas da amostra as empresas financeiras. Os fundamentos teóricos apresentados nos capítulos anteriores aplicam-se perfeitamente às empresas não financeiras Moreira (2002, p. 56). Todavia, o mesmo não se pode dizer no caso das empresas financeiras, uma vez que as actividades por elas desenvolvidas “não criam riquezas ou bens no sentido estrito do termo, pois desempenham o papel de intermediários financeiros”. (ibid.). Foram, por este motivo, excluídas da amostra 3 empresas portuguesas e 9 empresas espanholas do sector dos serviços financeiros e imobiliários.

Para a recolha dos dados relativos à divulgação de informação sobre o VA nos relatórios de sustentabilidade, utilizou-se aquilo que é habitualmente conhecido como análise de conteúdo. Esta ferramenta de pesquisa é um método muito utilizado para analisar a divulgação de informação sobre responsabilidade social por parte das empresas, quer nos relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade quer nas páginas *web* das empresas (Frost et al., 2005). Trata-se de uma técnica que consiste em classificar a informação divulgada em várias categorias de elementos que recolhem os aspectos da responsabilidade social que se querem analisar.

Neste trabalho, utilizou-se uma classificação com 4 níveis relativamente à forma como as empresas podem apresentar a informação sobre VA nos seus relatórios de sustentabilidade (ver Tabela 2). No Anexo de ilustrações são oferecidos exemplos destes 4 níveis.

**Tabela 2 - Classificação quanto ao modelo de DVA que as empresas apresentam nos seus relatórios de sustentabilidade.**

<b>Classificação da demonstração do valor acrescentado</b>	
<b>Valor</b>	<b>Designação</b>
<b>0</b>	<b>Não tem</b>
<b>1</b>	<b>Não Objectiva</b>
<b>2</b>	<b>Objectiva</b>
<b>3</b>	<b>Ideal</b>

Fonte: *Elaboração Própria*

## **5.2 - Análise do PSI20**

Observando a tabela n.º 14 no anexo, verifica-se a ausência de empresas no PSI20 do sector bens de consumos (alimentação e bebidas, têxtil e calçado, papel e artes gráficas, automóveis, produtos farmacêuticos e biotecnologia ou outros bens de consumos).

**Tabela 3 - Análise das empresas do PSI20 que apresentam o relatório de sustentabilidade**

	<b>Último ano em que apresentaram o relatório de sustentabilidade</b>		
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Número de empresas que apresentam o relatório de sustentabilidade</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fonte: *Elaboração Própria*

Em relação à tabela n.º 3 verifica-se que, das 17 empresas analisadas, apenas 11 empresas ou seja, cerca de 65%, apresentaram o relatório de sustentabilidade. Em que 64% apresentaram o seu último relatório de sustentabilidade em 2009, 26% em 2008 e

os restantes 9% das empresas apresentaram o relatório de sustentabilidade do ano de 2007. Isto significa que 35% das empresas, não elaboraram o relatório de sustentabilidade e consequentemente não apresentam a sua DVA.

**Tabela 4 - Comparação entre os sectores das empresas do PSI20 que apresentam o relatório de sustentabilidade**

Sector	Número de empresas que apresentaram o relatório de sustentabilidade			Empresas que não apresentaram relatório de sustentabilidade
	2009	2008	2007	
Serviço de Consumos	2	1		1
Tecnologia e Telecomunicações	1			1
Petróleo e Energia	3	1		
Materiais Básicos, Industriais e Construção	1	1	1	4

Fonte: *Elaboração Própria*

Da observação efectuada na tabela n.º 4 é possível concluir que relativamente às 11 empresas que apresentam o relatório de sustentabilidade, 27% são do sector do serviço de consumo (turismo e hotelaria, comércio, meios de comunicação e publicidade, transporte e distribuição, auto-estradas e parques de estacionamento e outros serviços), 9% do sector das tecnologias e telecomunicações (telecomunicações e outros, electrónica e software, hardware tecnológico e equipamento), 36% do sector do petróleo e energia (petróleo, electricidade e gás, água e outros) e 27% são do sector dos materiais básicos, indústrias e construção (minerais, metais e transformação, fabricação e montagem de equipamentos e construção).

Das empresas que não apresentam o relatório de sustentabilidade é possível apurar que 67% pertencem ao sector dos materiais básicos, industriais e construção, nesse sentido é possível que as empresas, que estão ligadas ao subsector da construção não sintam necessidade de divulgar os seus relatórios de sustentabilidade porque uma

elevada percentagem do seu volume de negócios está ligada as obras públicas e portanto revelam pouca preocupação em divulgar o seu desempenho socioeconómico.

Em relação as empresas de outros sectores, 16,5 % são do sector dos serviços e consumos e 16,5% do sector da tecnologias e telecomunicações, De realçar ainda que não existe nenhuma empresa do sector do petróleo e energia que não tenha apresentado o relatório de sustentabilidade, esse facto, é compreensível, a preocupação dessas empresas em apresentarem os seus relatórios de sustentabilidade é conveniente, demonstrar todos os anos o seu impacto ambiental junto da comunidade, garantindo desta forma o seu bem-estar.

A tabela n.º14 em anexo indica ainda, que apenas 18% das 11 empresas que estão cotadas no PSI20 apesar de apresentarem o relatório de sustentabilidade, não divulgaram a sua DVA. Uma dessas empresas está ligada ao sector dos serviços de consumos e a outra ao sector do petróleo / energia.

Sobre a divulgação da DVA nos relatórios de sustentabilidade, verifica-se que 9 empresas portuguesas, cerca de 82% das 11 que estão cotadas no PSI20, apresentaram essa informação. Quanto à classificação do modelo de DVA conforme é divulgada na tabela n.º 4 e observando os dados disponibilizados na tabela n.º 14 do anexo, apurou-se os seguintes resultados das 9 empresas portuguesas, relativamente ao tipo de modelo da DVA que apresentam;

- 18 %, não apresentam nenhum modelo de DVA;
- 46%, apresentam um modelo de DVA não objectiva;
- 27%, apresentam um modelo de DVA objectiva;
- 9%, apresentam um modelo de DVA ideal.

**Tabela 5 – Resultados da classificação quanto aos modelos de DVA das empresas do PSI20, por sector e por número de empresas**

Sector / N° de Empresas	Classificação do modelo de DVA			
	0	1	2	3
Serviço de Consumos	1	2		
Tecnologia e Telecomunicações				1
Petróleo e Energia	1	2	1	
Materiais Básicos, Industriais e Construção		1	2	

Fonte: *Elaboração própria*

Deste modo, é possível observar que, a maior parte das empresas portuguesas do PSI20 utilizam uma DVA que não é objectiva (tipo 1). Estas, são empresas que atribuem pouca importância à DVA, restringindo o acesso à informação do VA apenas aos especialistas em contabilidade. Dando a impressão que as empresas vêem a DVA como uma obrigação e não como uma forma de elevar a sua qualidade aos diversos utentes.

### 5.3 - Análise do IBEX35

Tabela 6 - Análise das empresas do IBEX35 que apresentam o relatório de sustentabilidade

	Último ano em que apresentaram o relatório de sustentabilidade		
	2009	2007	2006
Número de Empresas que apresentam o relatório de sustentabilidade	23	1	1

Fonte: *Elaboração Própria*

Em relação, à tabela n.º 6 verifica-se que 96% das empresas do IBEX35 apresentaram o relatório de sustentabilidade. Em que 92% apresentaram o seu último relatório de sustentabilidade no ano de 2009, 4% em 2007 e os restantes 4% em 2006. Isto significa que apenas 1 empresa não utilizou o relatório de sustentabilidade e consequentemente não apresentou informação sobre o VA.

Neste caso, ao contrário do que acontece em Portugal, em Espanha há uma grande preocupação por parte das empresas em apresentar e de forma actualizada, os seus relatórios de sustentabilidade. Em Espanha existe uma ideia generalizada que as empresas dão importância à necessidade de divulgarem os seus relatórios de sustentabilidade, de modo a procurar estabelecer uma interacção com a sua comunidade e procurando assumir compromissos com os aspectos sociais, económicos e ambientais.

**Tabela 7 - Comparação entre sectores das empresas do IBEX35 que apresentam o relatório de sustentabilidade**

Sector	Número de empresas que apresentaram relatório de sustentabilidade			Empresas que não apresentaram relatório de sustentabilidade
	2009	2007	2006	
Bens de Consumo	1	1	1	
Serviço de Consumos	3			
Tecnologia e Telecomunicações	2			
Petróleo e Energia	7			
Materiais Básicos, Industriais e Construção	10			1

Fonte: *Elaboração Própria*

Da análise efectuada na tabela n.º 7 é possível concluir que relativamente às 25 empresas que apresentam o relatório de sustentabilidade, 12% são do sector do serviço bens de consumo (alimentação e bebidas, têxtil e calçado, papel e artes gráficas, automóveis, produtos farmacêuticos e biotecnologia ou outros bens de consumos), 12% do serviços de consumo (turismo e hotelaria, comércio, meios de comunicação e publicidade, transporte e distribuição, auto-estradas e parques de estacionamento e outros serviços), 8% do sector das tecnologias e telecomunicações (telecomunicações e outros, electrónica e software, hardware tecnológico e equipamento), 28% do sector do petróleo e energia (petróleo, electricidade e gás, água e outros) e 40% são do sector dos materiais básicos, indústrias e construção (minerais, metais e transformação, fabricação e montagem de equipamentos e construção).

Em relação à divulgação da DVA nos relatórios de sustentabilidade, verifica-se que 19 empresas espanholas, cerca de 76% das 25 que estão cotadas no IBEX35, apresentaram essa informação. Quanto à classificação do tipo modelo de DVA conforme é divulgada na tabela n.º 4 e observando os dados disponibilizados na tabela n.º 15 do anexo, apurou-se os seguintes resultados das 19 empresas espanholas, relativamente ao tipo de modelo de DVA que apresentam;

- 24%, não apresentam nenhum modelo de DVA;
- 24%, apresentam um modelo de DVA não objectiva;
- 32%, apresentam um modelo de DVA objectiva;
- 20%, apresentam um modelo de DVA ideal.

**Tabela 8 - Classificação do modelo de DVA das empresas do IBEX35, por sector e por número de empresas**

Sector / N.º de Empresas	Classificação da modelo de DVA			
	0	1	2	3
Serviço de Consumos	2		1	
Bens de Consumo	2		1	
Tecnologia e Telecomunicações		1	1	
Petróleo e Energia		1	2	4
Materiais Básicos, Industriais e Construção	2	4	3	1

Fonte: *Elaboração Própria*

Deste modo, a tabela n.º 8, indica que em Espanha, 24% das empresas cotadas no IBEX35 apesar de apresentarem o relatório de sustentabilidade, não divulgaram a sua DVA nesses relatórios, sendo que; 33(3) % dessas empresas estão ligadas ao sector dos serviços de consumos, 33(3) % ao sector de bens de consumo e 33(3) % ao sector dos materiais básicos e de construção. Em Portugal as empresas dão mais importância em inserir a DVA na publicação dos seus relatórios de sustentabilidade. Relativamente, às empresas espanholas, destaca-se o facto de todas as empresas do sector do petróleo / energia, tecnologias e telecomunicações disponibilizaram a DVA nos relatórios de sustentabilidade.

É ainda possível observar que, ao contrário do que acontece com as empresas portuguesas, a maior parte das empresas espanholas do IBEX35 utilizam um modelo de DVA é objectiva, isto é, são empresas que atribuem alguma importância à DVA. Permitindo um acesso, embora limitado à informação da empresa, isto significa que as empresas espanholas entendem que a informação sobre o VA é uma necessidade e não uma obrigação.

Outro aspecto relevante nesta tabela reside na importância que as empresas do sector petróleo e energia atribuem à DVA apresentando uma classificação do tipo ideal, ou seja, estas empresas preocupam-se claramente com a envolvimento das suas políticas sociais e ambientais junto dos consumidores e da sociedade. Procuram também uma maior participação dos seus funcionários aumentando a produtividade ou pelo menos produzir com mais qualidade, transmitindo aos accionistas uma ideia clara de evolução económica. Tentam atrair para si mais investidores e conseqüentemente mais investimento para a empresa.

#### 5.4 - Comparação entre o PSI20 e IBEX35

Para um melhor suporte na compreensão do que foi analisado anteriormente, neste capítulo serão realizadas comparações entre as empresas do PSI20 e IBEX35 pelos seus diversos sectores. Desta forma, procura-se uma melhor compreensão, sobre em que medida o modelo de DVA quanto à sua classificação pode aumentar ou não, o volume de negócios e valor do activo das empresas e procurará responder à questão colocada no início de esta dissertação, procurando compreender em que medida as empresas do PSI20 e do IBEX35 apresentam informação sobre o VA nos seus relatórios de sustentabilidade.

**Tabela 9 - Comparação dos relatórios de sustentabilidade e classificação quanto ao modelo da DVA**

	Portugal		Espanha	
	N.º Empresas	%	N.º Empresas	%
<b>Relatórios de sustentab.</b>	11	65	25	96
<b>Ausência dos relatórios de sustentabilidade</b>	6	35	1	4
<b>Ausência da informação sobre VA nos relatórios de sustentabilidade</b>	2	18	6	24
<b>DVA - Modelo do tipo 1</b>	5	46	6	24
<b>DVA - Modelo do tipo 2</b>	3	27	8	32
<b>DVA - Modelo do tipo 3</b>	1	9	5	20

Fonte: *Elaboração própria*

A tabela n.º 9 reforça a ideia do que foi defendido anteriormente, além de haver um elevado número de empresas em Portugal que não utilizam o relatório de sustentabilidade, as empresas que o fazem aplicam a informação sobre o VA nesses

relatórios como uma espécie de obrigatoriedade, isto é, utilizam uma DVA não objectiva (modelo do tipo 1), conforme se observou anteriormente. Em Espanha a atitude é totalmente o contrário, uma vez, que as empresas dão muita importância à realização e apresentação dos relatórios de sustentabilidade. Relativamente, as divulgações das respectivas DVAS, embora ainda existam empresas que entendem como uma obrigatoriedade, há uma evolução clara em perceberem e direccionar a informação do VA para os seus *stakeholders* ou seja há uma maior predominância em apresentar uma DVA objectiva (modelo do tipo2). Deste modo verifica-se uma ligeira melhoria das empresas espanholas em compreenderem que o mais importante além de atrair potenciais investidores, é assegurarem os seus compromissos socioeconómicos junto da sociedade. E assim, perceberem que a soma das partes (clientes, colaboradores, fornecedores, accionistas, investidores, governo) é maior que a soma de um todo.

**Tabela 10 – Comparação entre os modelos da DVA por volume de negócios e total do activo**

	Portugal		Espanha	
	Volume de Negócios	Total de Activos	Volume de negócios	Total de Activos
<b>DVA - Modelo do tipo 0</b>	655.559	14.471	931.355	40.828
<b>DVA - Modelo do tipo 1</b>	675.643	61.689	121.234	285.088
<b>DVA - Modelo do tipo 2</b>	555.431	12.930	707.169	836.663
<b>DVA - Modelo do tipo 3</b>	5.784	14.831	1.005.774	237.984

Fonte: *Elaboração própria*

Observando a tabela n.º 10, é possível perceber o motivo das empresas portuguesas não darem tanta importância em divulgar a sua DVA de forma mais objectiva (modelo do tipo 2) ou ideal (modelo do tipo 3) porque em relação ao volume de negócios não se observa qualquer tipo de vantagem em recorrer a qualquer um desses modelos.

No entanto, há um aumento muito substancial dos activos e um ligeiro aumento do volume de negócios das empresas portuguesas que utilizam uma DVA não objectiva (modelo do tipo 1). Esta tabela explica, o motivo que leva as empresas portuguesas em não apresentar aos seus *stakeholders* a informação do VA (modelo de DVA do tipo 0) nos seus relatórios de sustentabilidade, já que para os administradores é certo que não será necessário recorrer a qualquer tipo de informação detalhada do VA para aumentar o volume de negócios e ao mesmo tempo percebe-se que as empresas em vez optarem pela distribuição dos valores gerados, resultantes dos exercícios anteriores optaram por manter esses valores na empresa aumentando desta forma os seus activos.

Em relação às empresas espanholas, apesar de se conseguir apurar um valor substancialmente alto, do volume de negócios nas empresas que não apresentarem qualquer tipo de informação do VA (modelo de DVA do tipo 0) nos relatórios de sustentabilidade, é possível concluir que quanto mais detalhado for o modelo de DVA (do tipo 3), maior será a probabilidade de aumentar o volume de negócios de forma considerável.

Esta tabela demonstra ainda, que o aumento em 67% dos activos nas empresas espanholas, deve-se a uma DVA objectiva (modelo do tipo 2) em comparação com as empresas que utilizam os outros dois tipos de modelo de DVA existentes ou aquelas que simplesmente não apresentam qualquer tipo de informação do VA nos relatórios de sustentabilidade, o que leva a entender que as empresas pretendem aumentar o seu investimento de modo a poder gerar mais valor no futuro por esse motivo compreende-se que no nível ideal da DVA (modelo do tipo 3), se observa um aumento bastante acentuado do volume de negócios e uma diminuição clara do valor dos activos, reforçando a ideia do que foi dito anteriormente, isto é, quanto maior for o detalhe com que apresentam a informação do VA nos relatórios de sustentabilidade, maior será a motivação e interesse por parte dos *stakeholders* em participarem directamente ou indirectamente no crescimento do valor da empresa, acabando por assegurar uma mais-valia ao distribuir de forma clara os seus valores gerados, pois assumem em papel de tal forma relevante na sociedade que conseguem destacar-se no crescimento económico sem precisar de um grande volume de activos.

**Tabela 11 - Comparação entre o modelo de DVA do tipo 1 por sectores**

Sector / N° de Empresas	DVA - Modelo do tipo 1			
	Portugal		Espanha	
	Volume de vendas	Valor do Activo	Volume de Vendas	Valor do Activo
<b>Serviço de Consumos</b>	650.154	12.583	–	–
<b>Bens de Consumo</b>	–	–	–	–
<b>Tecnologia e Telecomunicações</b>	–	–	56.731	108.140
<b>Petróleo e Energia</b>	24.206	47.504	24.433	60.195
<b>Materiais Básicos, Industriais e Construção</b>	1.283	1.602	40.070	116.753

Fonte: *Elaboração Própria*

A tabela n.º 11 demonstra que a grande parte das empresas espanholas ou portuguesas que utilizam uma DVA não objectiva (modelo do tipo 1), são empresas em que o estado detém uma importante participação social ou podem estar inseridas em algum tipo de negócio em que não têm necessidade de atrair novos investimentos, nem estão muito preocupadas em assumir compromissos socioeconómicos ou ambientais com os seus clientes, pois podem ter uma posição consolidada e por esse motivo, não precisam de passar ao 2º nível da DVA objectiva (modelo do tipo 2).

**Tabela 12 - Comparação entre o modelo de DVA do tipo 2 por sectores**

	<b>DVA - Modelo do tipo 2</b>			
	<b>Portugal</b>		<b>Espanha</b>	
<b>Sector / N° de Empresas</b>	<b>Volume de vendas</b>	<b>Valor do Activo</b>	<b>Volume de Vendas</b>	<b>Valor do Activo</b>
<b>Serviço de Consumos</b>	–	–	656.260	734.090
<b>Bens de Consumo</b>	–	–	11.083	5.370
<b>Tecnologia e Telecomunicações</b>	–	–	2.513	2.489
<b>Petróleo e Energia</b>	551.478	4.294	16.078	51.552
<b>Materiais Básicos, Industriais e Construção</b>	3.953	8.636	21.235	43.162

Fonte: *Elaboração Própria*

Relativamente ao caso das empresas espanholas conforme se observa na tabela n.º 12, é possível concluir pela abrangência em todos os sectores, que este tipo de modelo de demonstração de valor acrescentado, procura atrair novos investidores. Até pela apresentação de valores inferiores em relação ao caso anterior. De facto mostra que as empresas nesta tabela estão mais vocacionadas para o investimento procurando desta forma um crescimento económico-financeiro, no caso português verifica-se que apenas há dois sectores que estão nessa posição de crescimento.

Pelo valor do activo é possível apurar que algumas das empresas espanholas estão com um ligeiro ascendente, no que se refere ao investimento, na procura de novos mercados onde possa posicionar-se de forma a garantir posteriormente uma maior solidez financeira.

**Tabela 13 - Comparação entre o modelo de DVA do tipo 3 por sectores**

Sector / N° de Empresas	DVA - Modelo do tipo 3			
	Portugal		Espanha	
	Volume de vendas	Valor do Activo	Volume de Vendas	Valor do Activo
<b>Serviço de Consumos</b>	–	–	–	–
<b>Bens de Consumo</b>	–	–	–	–
<b>Tecnologia e Telecomunicações</b>	5.784	14.831	–	–
<b>Petróleo e Energia</b>	–	–	940.664	172.586
<b>Materiais Básicos, Industriais e Construção</b>	–	–	65.110	65.398

Fonte: *Elaboração própria*

Em relação à tabela n.º 13, sobre o modelo de divulgação da DVA do tipo 3, as empresas espanholas estão inseridas em sectores que requer uma presença forte junto de todos os utentes, nomeadamente no que diz respeito ao respeito pelo meio ambiente e também as responsabilidades sociais dessas empresas. No caso das empresas portuguesas, estão mais vocacionada para a satisfação dos clientes e também dos funcionários de modo a procurar uma certa qualidade na oferta dos seus produtos ou serviços. Ao mesmo tempo trata de garantir que os seus funcionários participem de forma mais activa nas diversas áreas dessas empresas, procurando assim aumentar a sua produtividade.

Uma última observação nesta tabela, é possível perceber, que este tipo de modelo é apenas utilizado em 3 sectores muito específicos do mercado, pelo que é manifestamente pouco, pois pelas suas diversas vantagens e características que este tipo de modelo possui, deveria ser imposto pelas normas internacionais de contabilidade.

## 6 - CONCLUSÃO

Este estudo empírico, contribuiu para responder a uma das questões que motivou a realização desta dissertação sobre a possibilidade de existirem diferenças na forma como as empresas do PSI20 e as empresas do IBEX35 apresentam a informação sobre o VA nos seus relatórios de sustentabilidade, desse modo é possível verificar que grau de utilização da informação sobre o VA na apresentação de informação económica nos relatórios de sustentabilidade das empresas, está mais presente e é aplicada de forma mais objectiva nas empresas espanholas do IBEX35, existe ainda um tratamento mais adequado na forma como empresas espanholas centram a informação sobre o VA, em que procuram aprofundar as informações contabilísticas não só para os accionistas como também a informação sobre a participação de todos os factores económicos que intervieram na criação de valor para a entidade e a sua respectiva distribuição entre os seus *stakeholders*, apesar ainda se verificar alguma resistência por parte de algumas dessas empresas.

Em relação as empresas portuguesas do PSI20, existe algum atraso em comparação com as empresas espanholas do IBEX35. Contudo não se deve aceitar como desculpa, o facto do mercado espanhol ser 4 vezes maior que o português e que por esse motivo é mais fácil para as empresas espanholas evoluírem, porque se existe a liberdade de decisão dos seus accionistas relativamente as oportunidades de investimento, quer ao nível interno como externo, em igualdade de circunstâncias para todas as empresas situadas no espaço europeu, então deve-se considerar que as empresas portuguesas poderiam potenciar a sua riqueza em termos de investimento, no mercado externo, como por exemplo no Brasil cujo mercado é bastante amplo e está em franco crescimento económico e além disso, existe sempre uma ligação histórica e cultural muito forte com aquele país, desse modo são sempre factores facilitadores para empresas portuguesas penetrarem naquele mercado.

No entanto, Cosenza et al. (2002) esclarecem que os dados da informação sobre o VA são extraídos da contabilidade, sobretudo da demonstração dos resultados (DR), sem que se faça, entretanto, confusão entre a finalidade de ambas, tendo em vista que a maior objectivo da DR consiste em comunicar a composição dos resultados da empresa aos utentes da contabilidade. Por sua vez, a informação sobre o VA destaca-se pela

importância que detém para os investidores e outros utentes, porque é uma informação que proporciona o conhecimento de informações de natureza económica e social e oferece a possibilidade de uma melhor avaliação das actividades da entidade dentro da sociedade que a abrange. A decisão da aceitação por parte de uma comunidade de um investimento poderá ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não será capaz de oferecer, e por esse motivo quanto mais detalha for o modelo de demonstração de valor acrescentado, como por exemplo o modelo do tipo 3, apresentado e defendido nesta dissertação, proporcionará sempre uma melhor relação entre a sociedade e a entidade que adoptar por esse modelo.

Por esse motivo, Mandal e Goswami (2008) argumentam que, apesar de a informação sobre o VA ser muito útil para avaliar o desempenho e a produtividade de uma empresa (Pública ou Privada) para a tomada de decisões da gestão, considerando que a gestão financeira ainda está numa fase de evolução, de facto assim é, porque neste estudo empírico foi possível observar que a informação sobre o VA não conseguiu ainda uma pontuação suficiente ao seu favor, quer para substituir ou complementar os métodos tradicionais. Assim, é necessário reforçar o conceito de promoção da prática comum e definir claramente os vários termos técnicos usados na informação sobre o VA para o cálculo do montante do VA, ou seja o VAB e o VAL.

## 7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, N. S., Martins, V. F., Almeida, L. S. E Soares, M. J. F. (2009), “Utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobras”, *Revista de Informação Contábil*, Vol.3, No. 1, p. 134-148.
- Cahan, S. F. e van Staden, C. J. (2009), “Black economic empowerment, legitimacy and the value added statement: evidence from post-apartheid South Africa”, *Accounting and Finance*, pp. 37– 58
- Cosenza, J. P., Gallizo, J. L. e Jimenez, F. (2002), “A participação dos agentes económicos no valor acrescentado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996 / 2000”, *Contabilidade Vista & Rev. Belo Horizonte*, Vol.13, No 2, pp. 37-66.
- FASB (Financial Accounting Standards Board) (1978), *Statement of Financial Accounting Concepts No. 1. The Objective of Financial Reporting by Business Enterprises*, Financial Accounting Standards Board.
- Frost, G., Jones, S., Loftus, J., e Van Der Laan, S. (2005), “A survey of sustainability reporting practices of Australian reporting entities”, *Australian Accounting Review*, Vol.15, No. 1, pp. 89-96.
- Gallizo Larraz, J. L. (1990), *El valor añadido en la información contable de la empresa: analisis y aplicaciones*, I.C.A.C.
- Gray, S. e Maunders, K. T. (1980), “Recent Developments in Value Added Disclosures”, *Certified Accountant*, Agosto, pp. 255- 256.
- GRI (Global Reporting Initiative) (2006), *Sustainability Reporting Guidelines*, Global Reporting Initiative.
- Hendriksen , E. (1982), *Accounting theory*, Irwin.

- IASC (International Accounting Standards Committee) (1989), *Framework for the preparation and acceptance of financial statements*, International Accounting Standards Committee.
- Kolk, A. (2004), “A decade of sustainability reporting: developments and significance”, *International Journal of Environment and Sustainable Development*, Vol.3, No. 1, pp. 51-64.
- Larrinaga, C. (2001), “Aspectos sociales y políticos del estado del valor añadido”, *Revista de Contabilidad*, Vol.4, No 8, pp. 35-62.
- Machado, E. A., Morch, R. B., Vianna, D. S., Santos, R. e Siqueira, J (2009), “Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: Comparação entre empresas estatais e privadas do sector eléctrico”, *Revista Contabilidade & Finanças*, Vol.20, No 50, pp. 110-122.
- Mandal, N. e Goswami, S. (2008), “Value added statement (vas) – a critical analysis: A case study of Bharat Heavy Electricals Limited”, *Great Lakes Herald*, Vol.2, No. 2, pp. 98-120.
- Meek, G. K. e Sidney J. Gray (1988), “The value added statement: An innovation for U.S Companies?”, *Accounting Horizons*, Junho, pp. 73-81
- Moreira, C. (2002), “Proposta de modelo para a demonstração do valor adicionado para bancos”, *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, No. 2, pp. 49-62.
- Morley, M. F. (1979), “The Value Added Statement in Britain”, *The Accounting Review*, Vol. 54, No. 3, pp. 618–689.
- Rihai-Belkaoui, A. (1999), *Value added reporting and research: state of the art*, Quorum Books, Westport, Connecticut.
- Rutherford, B. (1977), “Value added as a focus of attention for financial reporting: some conceptual problems”, *Accounting and Business Research*, pp. 215-220.

Stainbank, L. J. (2009), "The value added statement: does it add any value?", *Meditari Accountancy Research*, Vol.17, No. 2, pp. 137-149.

Van Staden, C. (1998), "The usefulness of the value added statement in South Africa", *Managerial Finance*, Vol.24, No. 11, pp. 44-59.

## **Sítios**

<http://www.bolsamadrid.es/esp/portada.htm>, acesso no dia 9 de Setembro de 2010, às 12h00.

<http://www.euronext.com/landing/indexMarket-18812-PT.html>, acesso no dia 9 de Setembro de 2010, às 18h00.

<http://www.globalreporting.org/Home>, acesso no dia 1 de Setembro de 2010, às 14h00.

# ANEXOS

## Anexo de Tabelas

Tabela 14 - PSI20

PSI 20					
Empresa	Sector	Relatório de Sustentabilidade	Classificação do Modelo da DVA	Volume de Negócios (Milhões de Euros)	Total do Activo (Milhões de Euros)
ALTRI SGPS	Materiais Básicos, Industriais e Construção	0	0	275.650	1.123
BRISA	Serviços de Consumo	2009	1	644.801	5.277
CIMPOR	Materiais Básicos, Industriais e Construção	2009	2	2.085	4.927
EDP	Petróleo / Energia	2009	1	12.198	40.262
EDP RENOVAVEIS	Petróleo / Energia	2009	0	648.242	11.293
GALP	Petróleo / Energia	2009	1	12.008	7.242
INAPA	Materiais Básicos, Industriais e Construção	0	0	1.052	712.911
JERÓNIMO MARTINS	Serviços de Consumo	2009	0	7.317	3.178
MOTA ENGIL	Materiais Básicos, Industriais e Construção	2008	2	1.868	3.709

<b>PSI 20</b>					
<b>Empresa</b>	<b>Sector</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>	<b>Classificação do modelo da DVA</b>	<b>Volume de Negócios (Milhões de Euros)</b>	<b>Total do Activo (Milhões de Euros)</b>
<b>PT COMUNICÔES</b>	Tecnologia e Telecomunicações	2009	3	5.784	14.831
<b>PORTUCEL</b>	Materiais Básicos, Industriais e Construção	0	0	1.131	2.451
<b>REN</b>	Petróleo / Energia	2008	2	551.478	4.294
<b>SEMAPA</b>	Materiais Básicos, Industriais e Construção	0	0	1.435	3.257
<b>SONAE INDUSTRIA</b>	Materiais Básicos, Industriais e Construção	2007	1	1.283	1.602
<b>SONAE</b>	Serviços de Consumo	2008	1	5.353	7.306
<b>SONAECOM</b>	Tecnologia e Telecomunicações	0	0	976.200	1.973
<b>ZON MULTIMEDIA</b>	Serviços de Consumo	0	0	818.200	1.479

Fonte: *Elaboração própria*

Tabela 15 - IBEX35

<b>IBEX 35</b>					
<b>Empresa</b>	<b>Sector</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>	<b>Classificação do modelo da DVA</b>	<b>Volume de Negócios (Milhões de Euros)</b>	<b>Total do Activo (Milhões de Euros)</b>
<b>ABENGOA</b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	2009	2	4.147	12.369
<b>ABERTIS INFRAESTRUCUTRAS</b>	Serviços de Consumo	2009	0	3.836	24.637
<b>ACCIONA</b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	2009	1	6.512	20.532
<b>ACERINOX</b>	Mát. Básicos, industria e construção	2009	0	2.993	3.617
<b>ACS</b>	Mát. Básicos, industria e construção	2009	1	15.605	31.754
<b>ARCELORMITTAL</b>	Mát. Básicos, industria e construção	2009	3	65.110	65.398
<b>EBRO FOODS</b>	Bens de consumo	2007	0	2.197	2.684
<b>ENAGAS</b>	Petróleo / Energia	2009	3	866.820	5.779
<b>ENDESA</b>	Petróleo / Energia	2009	1	24.433	60.195
<b>FCC</b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	2009	2	12.699	21.260

**IBEX 35**

<b>Empresa</b>	<b>Sector</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>	<b>Classificação do modelo da DVA</b>	<b>Volume de Negócios (Milhões de Euros)</b>	<b>Total do Activo (Milhões de Euros)</b>
<b>FERROVIAL</b>	Mát. Básicos, industria e construção	2009	1	12.095	44.110
<b>GAMESA</b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	2009	0	4.912	3.187
<b>GAS NATURAL</b>	Petróleo / energia	2009	2	14.878	45.351
<b>GRIFOLS</b>	Bens de consumo	2009	0	913.186	1.657
<b>IBERDROLA RENOVABLES</b>	Petróleo / Energia	2009	3	2.009	21.357
<b>IBERDROLA</b>	Petróleo / Energia	2009	3	24.558	87.367
<b>IBERIA</b>	Serviços de consumo	2009	0	4.231	5.046
<b>INDITEX</b>	Bens de consumo	2006	2	11.083	5.370
<b>INDRA SISTEMAS</b>	Tecnologia e Telecomunicações	2009	2	2.513	2.489
<b>OHL</b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	2009	2	4.389	9.533
<b>RED ELECTRICA CORPORACION</b>	Petróleo / Energia	2009	2	1.200	6.201

<b>IBEX 35</b>					
<b>Empresa</b>	<b>Sector</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>	<b>Classificação do modelo da DVA</b>	<b>Volume de Negócios (Milhões de Euros)</b>	<b>Total do Activo (Milhões de Euros)</b>
<b>REPSOL</b>	Petróleo / Energia	2009	3	47.277	58.083
<b><u>SACYR</u> <u>VALLEHERMOSO</u></b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	2009	1	5.858	20.357
<b>TECNICAS REUNIDAS</b>	Mát. Básicos, Industria e Construção	0	0	2.634	2.243
<b>TELECINCO</b>	Serviços de consumo	2009	2	656.260	734.090
<b>TELEFONICA</b>	Tecnologia e Telecomunicações	2009	1	56.731	108.140

Fonte: *Elaboração própria*

**Tabela 16 - Sectores e Subsectores**

<b>Serviços de Consumo</b>	<b>Bens de Consumo</b>	<b>Tecnologia e Telecomunicações</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo e Hotelaria;</li> <li>• Comércio;</li> <li>• Meios de Comunicação e Publicidade;</li> <li>• Transporte e Distribuição;</li> <li>• Auto estradas e Parques de Estacionamento;</li> <li>• Outros Serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação e Bebidas;</li> <li>• Têxtil, Calçado;</li> <li>• Papel e Artes Gráficas;</li> <li>• Automóveis;</li> <li>• Produtos Farmacêuticos e Biotecnologia;</li> <li>• Outros Bens de Consumo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Telecomunicações e Outros;</li> <li>• Electrónica e Software;</li> <li>• Hardware Tecnológico e Equipamento</li> </ul>
<b>Petróleo e Energia</b>	<b>Materiais Básicos, Industriais e Construção</b>	<b>Serviços Financeiros e Imobiliários</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Petróleo;</li> <li>• Electricidade e Gás;</li> <li>• Água e Outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Minerais, Metais e Transformação;</li> <li>• Fabricação e Montagem de Equipamentos;</li> <li>• Construção;</li> <li>• Materiais de Construção;</li> <li>• Indústria Química;</li> <li>• Engenharia e Outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banca;</li> <li>• Seguros;</li> <li>• Fundos Cotados;</li> <li>• Sociedades de Investimentos</li> <li>• Imobiliárias e Outros.</li> </ul>

Fonte: *Elaboração Própria*

## Anexo de Ilustrações

Ilustração 1 - Exemplo da demonstração do valor acrescentado não objectiva - Modelo 1

Indicadores de Desempenho Económico																																																																													
Desempenho Económico																																																																													
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído	123 ✓																																																																											
<p>Descrição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2009</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Receitas*</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas de exploração*</td> <td>676,89</td> <td>695,6</td> </tr> <tr> <td>Resultados de investimentos financeiros*</td> <td>106,052</td> <td>53,9</td> </tr> <tr> <td>Vendas de activos*</td> <td>0,218</td> <td>0,9</td> </tr> <tr> <td><b>Caros operacionais*</b></td> <td><b>434,124</b></td> <td><b>406,5</b></td> </tr> <tr> <td>Caros com passiva*</td> <td>93,128</td> <td>93,3</td> </tr> <tr> <td><b>Resultado líquido*</b></td> <td><b>181,821</b></td> <td><b>151,6</b></td> </tr> <tr> <td>Dividendos pagos*</td> <td>178,699</td> <td>131,8</td> </tr> <tr> <td>Juros*</td> <td>14,73</td> <td>173,1</td> </tr> <tr> <td><b>Pagamentos ao Estado</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IRC e Derivada*</td> <td>40,6</td> <td>44,9</td> </tr> <tr> <td>IMP*</td> <td>6,07</td> <td>9,1</td> </tr> <tr> <td>IVA*</td> <td>11,14</td> <td>130,8</td> </tr> <tr> <td>Imposto de Selo*</td> <td>0,5</td> <td>0,5</td> </tr> <tr> <td>Outros*</td> <td>3,7</td> <td>1,8</td> </tr> <tr> <td><b>Activo líquido*</b></td> <td><b>5 277</b></td> <td><b>5 394</b></td> </tr> <tr> <td><b>Investimento em Autovias*</b></td> <td><b>110</b></td> <td><b>287</b></td> </tr> <tr> <td><b>Investimentos em Ambiente</b></td> <td><b>18,5</b></td> <td><b>15,5</b></td> </tr> <tr> <td><b>Investimentos em Inovação</b></td> <td><b>6,0</b></td> <td><b>5,2</b></td> </tr> <tr> <td>Investigação</td> <td>3,46</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Desenvolvimento</td> <td>2,53</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td><b>Investimentos em Comunidades Locais</b></td> <td><b>1,3</b></td> <td><b>1,4</b></td> </tr> <tr> <td>Donativos</td> <td>0,21</td> <td>0,15</td> </tr> <tr> <td>Serviço Público</td> <td>1,09</td> <td>1,26</td> </tr> </tbody> </table>				2009	2008	<b>Receitas*</b>			Receitas de exploração*	676,89	695,6	Resultados de investimentos financeiros*	106,052	53,9	Vendas de activos*	0,218	0,9	<b>Caros operacionais*</b>	<b>434,124</b>	<b>406,5</b>	Caros com passiva*	93,128	93,3	<b>Resultado líquido*</b>	<b>181,821</b>	<b>151,6</b>	Dividendos pagos*	178,699	131,8	Juros*	14,73	173,1	<b>Pagamentos ao Estado</b>			IRC e Derivada*	40,6	44,9	IMP*	6,07	9,1	IVA*	11,14	130,8	Imposto de Selo*	0,5	0,5	Outros*	3,7	1,8	<b>Activo líquido*</b>	<b>5 277</b>	<b>5 394</b>	<b>Investimento em Autovias*</b>	<b>110</b>	<b>287</b>	<b>Investimentos em Ambiente</b>	<b>18,5</b>	<b>15,5</b>	<b>Investimentos em Inovação</b>	<b>6,0</b>	<b>5,2</b>	Investigação	3,46	10	Desenvolvimento	2,53	10	<b>Investimentos em Comunidades Locais</b>	<b>1,3</b>	<b>1,4</b>	Donativos	0,21	0,15	Serviço Público	1,09	1,26
	2009	2008																																																																											
<b>Receitas*</b>																																																																													
Receitas de exploração*	676,89	695,6																																																																											
Resultados de investimentos financeiros*	106,052	53,9																																																																											
Vendas de activos*	0,218	0,9																																																																											
<b>Caros operacionais*</b>	<b>434,124</b>	<b>406,5</b>																																																																											
Caros com passiva*	93,128	93,3																																																																											
<b>Resultado líquido*</b>	<b>181,821</b>	<b>151,6</b>																																																																											
Dividendos pagos*	178,699	131,8																																																																											
Juros*	14,73	173,1																																																																											
<b>Pagamentos ao Estado</b>																																																																													
IRC e Derivada*	40,6	44,9																																																																											
IMP*	6,07	9,1																																																																											
IVA*	11,14	130,8																																																																											
Imposto de Selo*	0,5	0,5																																																																											
Outros*	3,7	1,8																																																																											
<b>Activo líquido*</b>	<b>5 277</b>	<b>5 394</b>																																																																											
<b>Investimento em Autovias*</b>	<b>110</b>	<b>287</b>																																																																											
<b>Investimentos em Ambiente</b>	<b>18,5</b>	<b>15,5</b>																																																																											
<b>Investimentos em Inovação</b>	<b>6,0</b>	<b>5,2</b>																																																																											
Investigação	3,46	10																																																																											
Desenvolvimento	2,53	10																																																																											
<b>Investimentos em Comunidades Locais</b>	<b>1,3</b>	<b>1,4</b>																																																																											
Donativos	0,21	0,15																																																																											
Serviço Público	1,09	1,26																																																																											
<p>Nota: Valores em milhões de Euros</p> <p>* Valor auditado no âmbito do Relatório e Contas</p>																																																																													



FUNDOP7  
FUNDOP8

O valor em investimento ambiental subiu cerca de 19%, o que é consequência do volume de obras em curso e, como tal, varia de ano para ano. Esta variação não reflecte nenhuma mudança ao nível da política de gestão ambiental. Para maior detalhe, consultar indicador EN 3C.

O valor de investimento em Inovação (Investigação+Desenvolvimento) aumentou cerca de 15%. No entanto, no ano anterior não tinham sido contabilizados os custos em Investigação, pelo que a comparação deverá ser efectuada apenas com o valor do Desenvolvimento, que traduz um aumento de cerca de 6%, logo não significativo.

O investimento em comunidades locais diminui cerca de 9%, o que não constitui uma alteração significativa. No entanto, os valores detalhados revelam um aumento de mais de 43% no valor dos donativos e uma redução de 17% no valor do Serviço Público.

Fonte: Relatório de sustentabilidade de 2009 - Brisa

## Ilustração 2 - Exemplo da demonstração do valor acrescentado objectiva - Modelo 2

### 1.3. Valor económico generado y distribuido

FCC es un importante motor de generación de riqueza directa e indirecta a través de la rentabilidad para los accionistas, la creación de empleo directo o por medio de proveedores y

contratistas, las inversiones en I+D+i, el pago de impuestos y el esfuerzo voluntario en materia de acción social en beneficio de las sociedades y comunidades en las que tiene presencia.

Valor económico generado			
	2008	2007	2006
<b>Ingresos (miles de euros)</b>			
Venta neta de productos y servicios	14.016.295	13.880.633	9.480.928
<b>Total valor económico generado</b>	<b>14.016.295</b>	<b>13.880.633</b>	<b>9.480.928</b>

Valor económico retenido			
	2008	2007	2006
<b>Valor económico retenido (miles de euros)</b>			
Valor económico generado	14.016.295	13.880.633	9.480.928
Valor económico distribuido	11.304.918	13.283.289	8.903.405
<b>Total valor económico retenido</b>	<b>2.711.377</b>	<b>597.344</b>	<b>577.523</b>

Valor económico distribuido			
	2008	2007	2006
<b>Aprovisionamientos y otros gastos externos (miles de euros)</b>			
Aprovisionamientos (proveedores de materiales y servicios)	6.987.241	6.352.253	4.512.844
Otros gastos externos	-	2.588.603	1.512.614
<b>Total</b>	<b>6.987.241</b>	<b>8.940.856</b>	<b>6.025.458</b>
<b>Salario y compensación a empleados (miles de euros)</b>			
Sueldo, salarios y asimilados	3.260.766	3.093.509	2.180.050
<b>Total</b>	<b>3.260.766</b>	<b>3.093.509</b>	<b>2.180.050</b>
<b>Pagos a proveedores de capital (miles de euros)</b>			
Dividendos pagados a accionistas	368.960	384.454	210.736
Intereses pagados por préstamos	593.657	515.254	209.139
<b>Total</b>	<b>962.617</b>	<b>899.708</b>	<b>419.875</b>
<b>Pagos a gobiernos (miles de euros)</b>			
Impuesto sociedades	94.294	349.216	278.022
<b>Total</b>	<b>94.294</b>	<b>349.216</b>	<b>278.022</b>
<b>Total valor económico distribuido (miles de euros)</b>	<b>11.304.918</b>	<b>13.283.289</b>	<b>8.903.405</b>

Fonte: *Relatório de sustentabilidade de 2009 – FCC*

**Ilustración 3 - Ejemplo de demostración de valor acrescentado ideal - Modelo 3**



Oficinas de la compañía en Madrid (España).

## ¿Cómo gestionamos los riesgos?

La gestión del riesgo es un proceso continuo de identificación y control. En 2009 se ha procedido a la revisión y actualización del Mapa de Riesgos del Grupo Repsol YPF. Éste define cinco categorías de riesgos:

- Riesgos de mercado.
- Riesgos económico-financieros.
- Riesgos estratégicos y de entorno económico.
- Riesgos operativos.
- Riesgos regulatorios y de cumplimiento.

Dentro de la categoría de riesgos operativos se encuadran los siguientes:

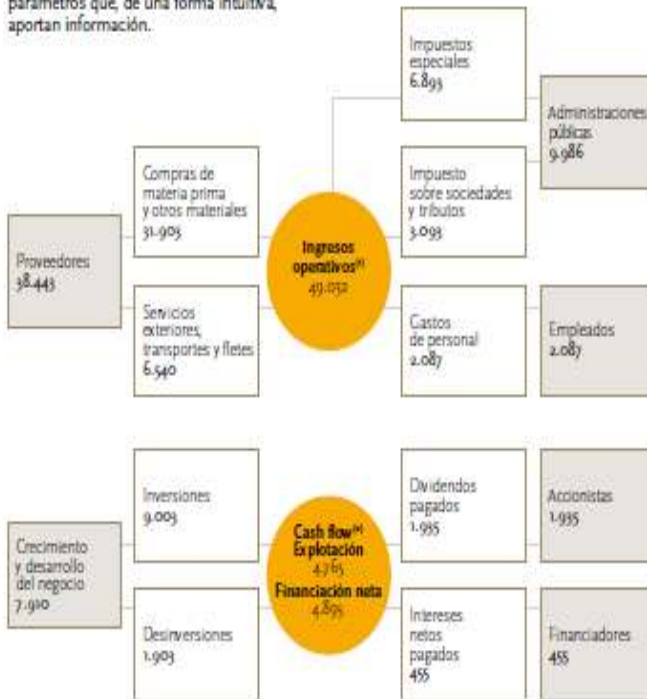
**Riesgos reputacionales:** que pueden causar daño, deterioro o pérdida de reputación a la compañía. La gestión de estos riesgos recae en las áreas corporativas y en las unidades de negocio correspondientes.

**Riesgos éticos y de conducta:** incumplir principios éticos puede derivar en sanciones, litigios y reclamaciones; pérdida de valor de mercado, imagen, reputación, socios, clientes y proveedores; o deterioro de relaciones con gobiernos y autoridades, afectando incluso a nuestra capacidad para continuar con las operaciones.

**Riesgos de seguridad y medio ambiente:** relativos a la ocurrencia de siniestros y/o accidentes asociados a la actividad operativa de la compañía. Su gestión está completamente integrada en las diferentes unidades de negocio, a través de la implantación del sistema de gestión de seguridad y medio ambiente, y de seguros.

## ¿Cómo distribuimos el valor?

La distribución de valor hacia los grupos de interés de Repsol YPF da una idea del impacto que el desarrollo del negocio tiene en la sociedad en general. Para mostrarlo se han tomado algunos parámetros que, de una forma intuitiva, aportan información.



(1) El gráfico de ingresos operativos proviene de la Cuenta de Pérdidas y Ganancias consolidada.  
 (2) El gráfico de cash flow proviene del Estado de Flujos de Efectivo consolidado.

## y tecnología

Repsol YPF invierte en innovación y tecnología<sup>(1)</sup> para contribuir a hacer posible un modelo energético más eficiente, competitivo y sostenible, capaz de dar respuesta simultáneamente al gran reto de nuestro sector: la satisfacción de una demanda energética creciente, a la vez que se contiene la presión sobre el entorno y el clima.

Las incertidumbres sobre cuáles serán las tecnologías predominantes en el futuro, los plazos de maduración de los esfuerzos de I+D, los ciclos económicos y las tensiones de reducción de costes en los momentos bajos del ciclo nos han llevado a elaborar un Plan Estratégico de Tecnología como parte de la estrategia de la compañía.

Las líneas de trabajo de dicho plan abarcan los negocios tradicionales de Repsol YPF y vías alternativas de producción y uso de la energía, como los biocombustibles o la electrificación del transporte.

### Estudios de prospección tecnológica

Repsol YPF lleva a cabo de forma sistemática estudios de prospección para identificar oportunidades a largo plazo de las principales tecnologías en el sector energético en áreas como la bioenergía, el futuro de los motores de combustión, la electrificación del transporte, el hidrógeno como vector energético, las energías renovables y la captura y almacenamiento de CO<sub>2</sub>. Estos estudios nos permiten desarrollar



El superordenador MareNostrum, que se encuentra en Barcelona, forma parte del proyecto Calidiscopio.

nuevas competencias y orientar las líneas de investigación.

### Registro de invenciones

En 2009 se ha solicitado el registro como patente de invenciones realizadas en áreas como la catálisis para la optimización de procesos ya existentes o para el desarrollo de nuevos; para la síntesis de nuevos polímeros o las aplicaciones de éstos; la producción de biocombustibles; nuevos productos derivados y aplicaciones de los mismos; la mejora de procesos de asfaltado; la optimización de tecnologías medioambientales, y los procesos de licuación de gas natural.

### Colaboración externa

Repsol YPF mantiene una política activa de colaboración con centros de tecnología y universidades públicas y privadas, tanto nacionales como internacionales. El presupuesto destinado a este tipo de acuerdos superó los 8 millones de euros en 2009. De igual manera, se ha incrementado la participación en consorcios con otras empresas para el desarrollo competitivo de nuevas tecnologías.

## Recursos para crear valor y conocimiento

El área de Tecnología de Repsol YPF tiene la misión de crear valor y conocimiento por medio de la I+D+i y del apoyo técnico de los procesos de producción y de los productos de la compañía.

Su principal activo lo constituyen el conocimiento y la capacidad tecnológica de los más de 380 técnicos e investigadores que se encargan del desarrollo tecnológico a corto, medio y largo plazo, y de la mejora continua de la eficiencia y de la calidad técnica y medioambiental de los procesos y productos. La actividad se programa en estrecha colaboración con las unidades de negocio de la compañía. Repsol YPF cuenta con dos centros de tecnología que se ubican en Móstoles (España) y La Plata (Argentina).

(1) A lo largo de este Informe de Responsabilidad Corporativa se facilita información sobre las diversas actuaciones de Repsol YPF en materia de innovación y tecnología para hacer frente a los retos del desarrollo sostenible y la contribución al mantenimiento de relaciones responsables con nuestros grupos de interés.

### Participación en programas de financiación de I+D en 2009

Proyectos de España	18
Proyectos de la Unión Europea	8

## Inversiones en I+D

Repsol YPF invirtió en 2009 un total de 65 millones de euros en actividades de I+D ejecutadas directamente en los centros de tecnología de Móstoles y La Plata, a los que

hay que sumar otros 10 millones de euros en proyectos llevados a cabo en diferentes unidades de negocio de la compañía.

Inversión en I+D	2007	2008	2009
Inversión (millones de euros)	77	83	75
Inversión en nuevas energías alternativas a los combustibles fósiles (millones de euros)	3,6	4	4
Porcentaje de investigación en nuevas energías	4,7%	4,8%	5,3%
Inversión en I+D como porcentaje del beneficio neto	2,42%	3,25%	4,85%

## Reconocimientos 2009



• Premio "Compañía energética del año" otorgado por la publicación *Petroleum Economist*.



• "Global Business Leader Award", otorgado al Presidente Ejecutivo de Repsol YPF, Antonio Brufau, por la Cámara de Comercio de Estados Unidos en España.



• Calificación de compañía "Gold Class" según el *Anuario de Sostenibilidad 2010*.



• Calificación de compañía "Best in class" del sector del petróleo y el gas según los índices Dow Jones de sostenibilidad.



• Premio a "La mejor tecnología comercial del año" por el proyecto Caleidoscopio en los Platts Global Energy Awards 2009.

## Objetivos 2010

Desarrollar el Plan de Responsabilidad Corporativa de Repsol YPF 2010-2012.

Aprobar e implantar la norma de función de la responsabilidad corporativa, que incorpora la implementación del modelo de gestión de responsabilidad corporativa en 3 niveles: corporativo, de país y de los principales centros operativos.

Constituir los comités de responsabilidad corporativa de España, Argentina, Bolivia, Ecuador y Perú.

## responsabilidad corporativa es estratégica

Durante el ejercicio 2009 se desarrollaron las últimas acciones del Plan Director de Responsabilidad Corporativa 2007-2009, cumpliendo de esta manera con los compromisos adquiridos por la compañía en el año 2007. Este plan incluía nueve programas, agrupados en seis líneas estratégicas: buen gobierno y comportamiento ético; atracción y retención del talento; seguridad y salud; gestión de los impactos ambientales de las operaciones; impacto de los productos, y diálogo y cooperación con la comunidad.

En estos tres años, todas las áreas corporativas y las unidades de negocio se han involucrado en su implementación, modificando o desarrollando procesos internos con el fin de aproximarnos a las expectativas de nuestros grupos de interés. El Plan Director 2007-2009 nos ayudó a avanzar en la integración de la responsabilidad corporativa en el modelo de negocio de la compañía y nos aportó valiosas experiencias para que el próximo Plan Director en el que ahora trabajamos sea aún más eficaz.

El Comité de Responsabilidad Corporativa de Repsol YPF aprobó en 2009 los programas estratégicos del nuevo Plan Director de Responsabilidad Corporativa 2010-2012. Éste construirá sobre lo ya logrado, y ayudará a la compañía a dar respuesta a los nuevos retos a los que se enfrenta. El plan define nuevos programas: estratégicos y transversales, previo análisis de las expectativas de los grupos de interés, de las lecciones aprendidas de plan anterior y del contexto económico y social actual y a medio plazo.

Durante el ejercicio también se dio luz verde a la constitución de comités de responsabilidad corporativa en los países en los que Repsol YPF tiene operaciones más diversificadas: España, Argentina, Bolivia, Ecuador y Perú.



Ver vídeo en el soporte digital